

ASSIGNATURAS

Por um anno	10\$000
Por seis mezes	5\$600
Por tres mezes	3\$000
Avulso por folha	\$040
Anuncios, por linha	\$000

A correspondencia official da capital de-
ve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE
LISBOA, na imprensa nacional, onde igual-
mente se deve remetter, franca de porte, a
correspondencia das provincias, assim co-
mo os periodicos que trocarem com o DIARIO
DE LISBOA.

Anunciam-se todas as publicações lit-
terarias, de que se receberem dois exem-
plares.

DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

ASSIGNATURAS

Por um anno	12\$000
Por seis mezes	6\$600
Por tres mezes	3\$600

Communicados e correspondencias,
por linha

A correspondencia das provincias, assim
a official como a particular, ou seja para
realizar assignaturas da folha, ou para a
publicação de editaes, annuncios ou com-
municados, deve vir acompanhada da im-
portancia das assignaturas ou do preço das
publicações pedidas, sem o que não se lhe
dará destino. Os annuncios serão dirigidos
à loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua
Augusta n.º 224 e 226.

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

Relação n.º 899, com referencia ao districto de Lisboa, dos titulos de renda vitalicia que se remetem pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de serem entregues ás interessadas, em conformidade das respectivas instrucções, por isso que têm de ser pagos pelo respectivo cofre central

NUMEROS DOS TITULOS	REFERENCIA AO ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECÇÃO					OBSERVAÇÕES
	DOS QUE TÊM CONSIDERAÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO	DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERAÇÃO	TITULO DO LIVRO	SEU NUMERO	NOMES DAS AGRAZIADAS	
11.781	-	-	Pensões	38	Antonia Joaquina	Pensões de consideração
11.782	-	-	-	-	Catharina de Sena	Idem
11.783	-	-	-	-	Feliciano Ignacia da Piedade Man- dillo	Idem
11.784	-	-	-	-	Francisca Henriqueta de Azevedo Xi- menes de Aragão (D.)	Idem
11.785	-	-	-	-	Joanna Rosa	Idem
11.786	-	-	-	-	Maria Apollonia de Azevedo Ximen- es de Aragão (D.)	Idem
11.787	-	-	-	-	Maria Ignacia	Idem
11.788	-	-	-	-	Maria Joaquina Monteiro de Mesquita	Idem

Tercera repartição da direcção geral da contabilidade, em 14 de fevereiro de 1860.—Alexandre José da Silva e Almeida.

Relação n.º 26, com referencia ao districto do Funchal, do titulo de renda vitalicia que se remette pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de ser entregue á interessada, em conformidade das respectivas instrucções, por isso que tem de ser pago pelo respectivo cofre central

NUMERO DO TITULO	REFERENCIA AO ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECÇÃO					OBSERVAÇÃO
	DOS QUE TÊM CONSIDERAÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO	DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERAÇÃO	TITULO DO LIVRO	SEU NUMERO	NOME DA AGRAZIADA	
11.789	-	-	Pensões	38	Justina Severina da Paz Cabedo (D.)	Pensões de consideração

Tercera repartição da direcção geral da contabilidade, em 14 de fevereiro de 1860.—Alexandre José da Silva e Almeida.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

1.ª DIRECÇÃO—1.ª REPARTIÇÃO

DESPACHOS QUE TIVERAM LOGAR POR DECRETOS
DAS SEGUINTE DATAS

1860
Fevereiro 13 Pedro Ignacio do Rio Carvalho, guarda
marinha—despachado no posto de 2.º
tenente da armada.
14 João Rafael da Silveira Bañão, guarda
marinha—despachado no posto de 2.º
tenente da armada.

SECRETARIA DA CAMARA DOS DIGNOS PARES DO REINO

A proxima sessão terá lugar na sexta feira, 24
do corrente, sendo a ordem do dia a interpellação
do digno par marquez de Vallada sobre moeda fal-
sa, se estiverem presentes os srs. ministros dos ne-
gocios estrangeiros e da justiça.

Secretaria da camara dos dignos pares do reino,
em 17 de fevereiro de 1860.—Diogo Augusto de
Castro Constanção.

GOVERNO CIVIL DE LISBOA

Em cumprimento de ordens emanadas do minis-
terio das obras publicas, commercio e industria, se
faz publico por este governo civil, que tendo requi-
rido Frederico Augusto de Vasconcellos Pereira Ca-
bral patente de introdução pelo espaço de cinco
annos para a fabricação do gello artificial pela va-
porização do ether no vacuo, se põe a concurso esta
patente nos termos do artigo 23.º do decreto de 31
de dezembro de 1852; convidando-se assim todas as
pessoas a quem a mesma possa convir por menor
prazo de tempo, para apresentarem as suas propos-
tas n'esta repartição dentro de trinta dias contados
da data do *Diario de Lisboa*, em que este annun-
cio for pela primeira vez inserto.

CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

A camara municipal de Lisboa faz saber que no
dia 1.º de março proximo, pela uma hora da tar-
de, ha de dar de arrematação em hasta publica a
venda da lama e lixo da cidade, com as condições
que estarão presentes. As pessoas a quem convier a
dita arrematação podem comparecer nos paços do
concelho no referido dia, á hora indicada, realisan-
do-se a dita arrematação, no caso do preço que se
offerecer por tonelada convir á veracção.

Camara, 17 de fevereiro de 1860.—O escrivão
da camara, Nuno de Sá Pamplona.

CONSELHO DE SAUDE NAVAL E DO ULTRAMAR

Precisa-se de enfermeiros para a armada. Os in-
dividuos que forem admitidos no respectivo quadro
terão as vantagens consignadas no decreto de 20
de outubro do anno proximo findo. No hospital da
marinha se recebem os requerimentos dos pertenc-
dentes a estes logares, e se dão os esclarecimentos
necessarios.

Hospital da marinha, 16 de fevereiro de 1860.
—Dr. Manuel Maria Rodrigues de Bastos, presi-
dente do conselho de saude naval e do ultramar.

ASYLO DA MENDICIDADE

A administração d'este estabelecimento manda an-
nunciar que no dia 22 do corrente, pelo meio dia,
ha de comprar em hasta publica 50 arrobas de tou-
cinho fresco.

Lisboa, 17 de fevereiro de 1860.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

CARTAS E JORNAES RETIDOS POR FALTA DE SELLOS

Para Lisboa

Antonio Alves, Antonio Joaquim de Almeida,
Anna Maria dos Anjos, Anna de Sousa—Duarte
Joaquim da Costa—João José da Graça Junior,

Joaquim da Silva Gomes, José Borges de Almeida | Administração central do correio de Lisboa, em
—Ministro de Austria, Maria Fausta da Silva Vidal. | 17 de fevereiro de 1860.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE COIMBRA

Mappa do movimento geral das correspondencias entradas na administração central do correio
de Coimbra, no mez de janeiro de 1860

DESIGNAÇÃO DAS CORRESPONDENCIAS	SELLADAS		NÃO SELLADAS		REGISTADAS	
	CARTAS	JORNAES E IMPRESSOS	CARTAS	JORNAES E IMPRESSOS	DE OFFICIO	PARTICULARES
PARA SEREM DISTRIBUIDAS NO CIRCULO POSTAL DE COIMBRA.						
De posta interna	142	3	2	-	-	-
Do reino e ilhas	15.846	8.272	225	333	1.827	27
De Hespanha	-	-	33	23	-	-
D'além dos Pyreneos	-	-	34	164	-	-
Das provincias ultramarinas	-	-	45	2	-	-
De portos estrangeiros, por navios	-	-	33	2	-	-
De Inglaterra, pelos paquetes	-	-	8	22	-	-
Do Mediterraneo, pelos paquetes	-	-	1	3	-	-
Dos portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos	-	-	140	14	-	-
PARA SEREM REMETIDAS PARA TERRAS DO REINO E ILHAS, ULTRAMAR E PAIZES ESTRANGEIROS						
Para terras do reino e ilhas	17.749	10.247	512	112	1.917	17
Para Hespanha	-	-	25	46	-	-
Para alem dos Pyreneos	31	1	-	-	-	-
Para as provincias ultramarinas	-	-	3	10	-	-
Para o Brazil, por navios	23	240	1	-	-	-
Para os portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos	156	129	-	-	-	-
Do Mediterraneo, pelos paquetes	-	-	-	-	-	-
Para o Mediterraneo e Indias, pelos paquetes	2	-	-	-	-	-
	33.949	18.992	1.062	781	3.744	44
	32.766	15.157	1.058	951	4.147	63

No mez de janeiro de 1859 o movimento da correspondencia foi de
Segundo dispõe o novo regulamento postal, as 2 cartas de posta interna, não selladas, existem na administração cen-
tral, e não se mandam entregar por não se acharem franqueadas com o sello de 25 réis. Pelo mesmo motivo de falta de
sello existe por expedir 1 carta para o Brazil por navios.

Nas correspondencias para terras do reino e ilhas, ultramar e paizes estrangeiros, são comprehendidas as de Coimbra,
e as que de diversas terras vieram a esta administração para serem por aqui expedidas.

Administração central do correio de Coimbra, em 31 de janeiro de 1860.—O administrador,
Augusto Cesar de Sousa.

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LISBOA

Plano para a quarta extracção da loteria do primeiro tri-
mestre do anno de 1860, que se ha de fazer pela adminis-
tração da santa casa da misericordia d'esta corte, pelo me-
thodo e com as formalidades prescriptas no decreto de 28
de fevereiro de 1855, publicado no *Diario do Governo* n.º 70,
de 23 de março, no decreto de 30 de dezembro de 1855,
publicado no *Diario do Governo* n.º 7, de 8 de janeiro de
1859, e no decreto de 23 de março de 1859, publicado no
Diario do Governo n.º 73, de 28 do dito mez e anno.

Será o seu capital de 32:500\$000 réis, formado
de 6:500 bilhetes (dos n.ºs 1 a 6:500), a 5\$000 réis
cada um em metal, e na mesma especie sairão os
premios abaixo descriptos, liquidos de 12 por cento,
em beneficio dos expostos da mesma santa casa, dos
enfermos do hospital de S. José, dos orphãos da casa
pia e do asylo de mendicidade, na conformidade das
ordens regias expedidas pela secretaria d'estado dos
negocios do reino, em portaria de 27 de maio de
1834 e decreto de 5 de outubro de 1838.

PREMIOS

1 de	7:000\$000	7:000\$000
1 de	2:000\$000	2:000\$000
1 de	1:000\$000	1:000\$000
1 de	500\$000	500\$000
1 de	400\$000	400\$000
2 de	300\$000	600\$000
4 de	200\$000	800\$000
28 de	100\$000	2:800\$000
2:100 de	6\$400	13:440\$000
1 ao numero que se extrahir depois de tirados os mais premios		60\$000

2:140 premios
4:360 brancos

6:500 bilhetes que a 5\$000 réis impor-
tam em 32:500\$000 réis, dos
quaes extrahidos os doze por
cento de beneficio, é o total dos
premios distribuidos réis 28:600\$000

Dos premios acima se descontará no acto do pa-
gamento o imposto de 5 por cento, estabelecido na
carta de lei de 10 de julho de 1843.

Os bilhetes vão assignados de chancella por um
dos adjuntos da administração da mesma santa casa
e pelo thesoureiro geral.

A venda terá lugar no dia 22 do corrente mez de
fevereiro, desde as 9 horas da manhã até ao meio dia,
e far-se-ha pelo methodo estabelecido nos referidos
decretos de 30 de dezembro de 1858 e 23 de março
de 1859.

Para este effeito todo e qualquer individuo, repa-
rtição publica, estabelecimento ou corporação, que
pertencer comprar um ou mais bilhetes da loteria,
deverá no dia em que este plano for publicado no
Diario de Lisboa, e nos dois seguintes, solicitar em
qualquer das administrações de bairro d'esta cidade
senhas para o numero de bilhetes que desejar, e só-
mente as pessoas munidas com as referidas senhas
serão admitidas na casa da venda dos bilhetes no
dia e ás horas acima designadas, conforme for de-
clarado nas respectivas senhas. Aquellas que não
comparecerem no dia designado na respectiva sen-
ha, e dentro da hora marcada, perderão o direito
aos bilhetes, conforme o determinado no artigo 5.º
do decreto de 30 de dezembro de 1858.

A extracção terá lugar no dia 3 do mez de março
de 1860, sendo precedida, na forma do estylo, da
entrada das espheras nas rodas, que se fará em acto
publico no dia da extracção ás 9 horas da manhã.
Finda a extracção se fará em acto successivo, e
tambem em publico, a conferencia dos numeros ex-
trahidos, e dos respectivos premios.

Para a extracção da loteria entrarão em uma das
rodas todas as espheras que representam os nume-
ros, e na outra somente as que designam os premios,
com exclusão das espheras brancas; sendo os pre-
mios minimos indicados com a letra —M— nas
espheras que houverem de representar, a fim de
poder servir a mesma collecção em todas as loterias.

Em virtude das disposições da portaria de 18 de
abril de 1836, prescreverão a favor dos expostos

d'esta corte os premios da presente loteria, que não
forem exigidos no prazo de 5 annos, contados do dia
em que findar a extracção.

PARTE NÃO OFFICIAL
CORTES

CAMARA DOS DIGNOS PARES

EXTRACTO DA SESSÃO DE 11 DE FEVEREIRO

PRESIDENCIA DO EX.º SR. VISCONDE DE LAVORIM,
VICE-PRESIDENTE

Secretarios: os dignos pares (Conde de Mello
Conde de Peniche)

Depois das duas horas da tarde, tendo-se veri-
ficado a presença de 26 dignos pares, declarou o
ex.º sr. presidente aberta a sessão.

Leu-se a acta da antecedente, contra a qual não
houve reclamação.

O sr. secretario deu conta do seguinte expediente:

Um officio do ministerio das obras publicas, en-
viando setenta e cinco collecções dos boletins rela-
tivos aos mezes de abril a dezembro do anno pas-
sado, a fim de serem distribuidos pelos dignos pares.

—Mandaram-se distribuir.

Da repartição de saude do exercito, enviando ses-
enta exemplares do mappa da gerencia d'esta re-
partição, respectivo ao anno de 1858-1859, para
serem distribuidos pelos dignos pares.—Mandaram-
se distribuir.

Da presidencia da camara dos srs. deputados, par-
ticipando achar-se esta constituida, enviando uma
relação designando os deputados que compõem a
mesa.—Para a secretaria.

O sr. Ferrão:—vou ler duas propostas, e peço
desculpa á camara se n'isto lhe dou incommodo (leu).

Eu não sei se a camara está em numero, porque
a estar queria fazer algumas reflexões...

O sr. Visconde de Balsemão:—lembro que ha
uma deliberação d'esta camara para que, havendo
metade e mais um do numero dos dignos pares com
que se abriu a sessão, possa continuar a discussão.
Pego pois que se mantenha esta disposição, que não
sei que fosse revogada.

O sr. Presidente:—a camara está em numero.

O sr. Ferrão:—leu e mandou para a mesa o se-
guinte requerimento:

«Em quanto na *Revista das Sciencias Economi-
cas*, folheto do mez de outubro ultimo, se faz refe-
rencia a este meu projecto como tentativa da orga-
nização do credito predial em Portugal, em bene-
ficio da nossa agricultura; e no mesmo mez e se-
guinte a imprensa de Madrid, publica artigos cri-
ticos e analyticos, provocando a attenção do go-
verno e legisladores de Hespanha sobre o mesmo
projecto; se elaborava em Beja um relatório, recen-
temente publicado na folha official do governo ou
Diario de Lisboa de 3 de janeiro d'este anno, em
que se afirma não ter havido entre nós quem tente
a organização do credito agricola, quem tenha pro-
curado dotar o paiz com uma boa lei hypothecaria.

Assim se escreve em Portugal! Tenho sincero
sentimento de ver que se sabe menos aqui das nossas
coisas, que no estrangeiro.

Isto me obriga a fazer os seguintes requerimen-
tos, para que invoque a benevolencia da camara; e
rogo a v. ex.ª se digno propo-los á votação na mes-
ma ordem em que os faço.

1.º Que ambas as propostas se considerem ur-
gentes, e que por tanto sigam n'essa conformidade
os tramites do regimento.

2.º Que os relatorios que acabo de ler, e pro-
postas de lei sejam com a mesma urgencia manda-
dos imprimir na folha official do governo.

3.º Que esta publicação seja immediatamente se-
guida da do projecto de codigo regulamentar do
credito publico predial agora emendado e rectifica-
do e que faz parte da respectiva proposta de lei.

4.º Que este mesmo projecto de codigo seja im-
presso em separado, com a memoria ou exposição
de motivos a que me referi.

5.º Como documentos illustrativos da materia, e
referidos n'esta memoria, esta impressão compre-
henda: a carta do juriconsulto e professor Mitter-
maier escripta ao autor do projecto; o artigo da
revista hollandeza *Shenès*, redigido pelo juricons-
ulto Pinto, que se encontra traduzido em francez,
e inserto no *Monitor do notariado e do registo*, de
Bruxellas, 13.º anno, n.º 639, 24 de julho de 1859;
a analyse de Sanchez de Fuentes, publicada em
Madrid na revista *La America*, anno 3.º, n.º 16, 24
de outubro do mesmo anno; a continuação do se-
guinte numero, em 8 de novembro; o artigo de
fundo do jornal *El Reyno*, tambem de Madrid, n.º 37,
de 24 do mesmo mez, elaborado pelo secretario da
redacção Fernando del Castillo.

6.º Que abrangendo o objecto da minha proposta
de lei exame da competencia de diversas commis-
sões da camara, e sendo a principal a de legisla-
ção, a esta seja remetida a minha proposta de lei,
sendo porém convidados a tomar parte na discus-
são os dignos pares das commissões de fazenda, de
administração e de commercio. Escusado é declar-
ar que reputo essencial pedir-se aos ministros da
coroa respectivos que tenham a bondade de com-
parecer ás sessões da commissão de legislação.

7.º Que finalmente a camara autorise a com-
missão a discutir a proposta e a tomar deliberação
sobre ella logo que estejam presentes cinco dignos
pares, posto que este numero seja preenchido com
dignos pares de outras commissões convidadas.

Camara dos dignos pares, 11 de fevereiro de
1860.—F. A. F. da Silva Ferrão.

Continuando:—eu requiero que sejam impressos
em separado, na folha official, todos os relatorios
que acabo de ler e os projectos de lei que estão em
seguida, assim como a dissertação que apresento
para illustração das camaras, os documentos e a
analyse que lhes dei respeito.

O sr. Presidente:—o digno par pede a urgencia
d'este requerimento? Vae-se ler.

O sr. Ferrão:—peço...

O sr. Conde de Mello:—(leu).

O sr. Ferrão:—seria melhor que o requerimento
fosse simplificado; em resumo, a impressão dos re-
latorios, é o primeiro requerimento.

O sr. Presidente:—o digno par pede a urgen-
cia. Vou consultar a camara.

O sr. Marquez de Vallada:—a camara está com-
penetrada do assumpto.

Foi approvada.

O sr. Presidente:—v. ex.ª pede que vá a algu-
ma commissão especial?

O sr. Ferrão:—quanto á votação dos meus re-
querimentos, peço que na ordem em que se acham
escriptos, se sigam as regras ordinarias do regi-
mento.

Além dos que respeitam á impressão do relato-
rio que acabo de ler, proposta de lei, projecto de
codigo, exposição de motivos, e mais esclarecimen-
tos, a que esta se refere, peço que tudo, depois de
impresso, vá remetido á commissão de legislação;
e porque este objecto não é estranho aos exames de
outras commissões, peço tambem que sejam con-
vidados a assistir ao exame e discussão na commissão
de legislação os dignos pares membros das commis-
sões de administração publica, do commercio e de
fazenda.

Igualmente requiero que os dignos pares, assim
reunidos, quer pertençam a uma, quer a outras, des-
tas commissões, fiquem autorizados a funcionar es-
tando presentes cinco membros d'ellas; visto que
nem sempre é facil reunir em numero sufficiente
cada uma das commissões em separado.

O sr. Presidente:—os dignos pares que convem
em que as commissões indicadas pelo digno par
para examinar os seus trabalhos sejam efectiva-
mente convocadas, tenham a bondade de se levantar.

Foi approvada.

O sr. Presidente do conselho (duque da Terceira):

—leu e mandou para a mesa o seguinte requeri-
mento, que teve segunda leitura na mesa:

«Em conformidade do artigo 3.º do acto addi-
cional á carta constitucional da monarchia, o gover-
no pede á camara dos dignos pares do reino per-
missão para que os seus membros abaixo indicados
possam accumular, querendo, os exercicios dos
seus empregos ou commissões com o das funções
legislativas:

Duque de Saldanha, vogal do supremo conselho de
justiça militar.

Conde do Bomfim, vogal do mesmo tribunal.

Conde da Ponte de Santa Maria, commandante da
1.ª divisão militar.

Barão de Pernes, vogal do supremo conselho de ju-
stiça militar.

Visconde de Sá da Bandeira, director da escola do
exercito.

José Feliciano da Silva Costa, commandante gen-
eral de engenharia.

este assumpto, sendo que talvez dahi proceda a demora que tem havido, a qual provavelmente não se prolongará muito, pois que o sr. ministro de certo apresentará, dentro de mui pouco tempo, o resultado dos trabalhos d'essas duas comissões, e dos seus respectivos estudos.

O sr. Ferrão—sr. presidente, o meu projecto não tem por fim nem objecto a reforma das cadeias, mas unicamente o regulamentar o § 8.º do artigo 145.º da carta constitucional.

Por occasião de o apresentar é que me referi ao estado das nossas prisões que é assás lamentável. Entretanto devo também dizer, que sei que um dos objectos que tem merecido especial cuidado ao nobre ministro das justicias é a introdução racional do systema penitenciario, e para ella os indispensaveis melhoramentos materiaes nas nossas casas de repressão e de custodia.

Agora direi ao digno par que eu tenho para mim que a reforma do código penal não é tão necessaria, e, ainda menos, tão urgente como a reforma das cadeias, pois aquella não pôde nem deve preceder esta, antes pelo contrario, porque a penalidade na sua execução ha de accommodar-se necessariamente aos vicios de repressão que existirem inherentes aos estabelecimentos que temos.

Devo mais declarar ao digno par, que quando me refiro a systema penitenciario não excludo nenhum dos que hoje são conhecidos; admitto-os todos em certas e determinadas circumstancias de pessoas, crimes, e epochas de cumprimento da condemnação.

Reconheço, essei, pela propria experiencia, quanto é digno das meditações e lucubraciones do digno par semelhante assumpto.

Pela minha parte não só tenho procurado ler, senão tudo, o que ha de melhor sobre a materia; mas também nos paizes estrangeiros, em que estive em 1858, e, especialmente na Belgica, tratei de ver, de examinar, e de me informar.

De tudo colhi preciosos documentos e esclarecimentos, que depozitei na secretaria dos negocios da justica, e tirei os necessarios elementos para formular um regulamento geral sobre systema penitenciario e prisões, que conta já perto de 400 artigos. Este trabalho está completo em relação aos meus fracos recursos; falta-me porém addicionar-lhe o competente relatório para o offerecer ao governo, o qual fará de tudo o uso que tiver por mais acertado.

Tem pois sido esta uma especialidade a que me tenho dedicado, e se a minha dedicação se não tem traduzido em providencias é porque, infelizmente, o dom do acerto no que proponho não acompanha os meus desejos.

Todavia insisto sempre, e faço o que posso. Sendo obrigado a ausentar-me do reino por alguns mezes offereci ao governo os meus fracos serviços. O governo acceitou-os e deu-me importantes comissões. Procurei desempenhar-las todas, e entre estas o que respeitava a prisões e systema penitenciario.

O digno par sabe também que eu tive a honra de uma comissão para examinar as cadeias da relação do Porto. Não me foi proposta semelhante comissão, solicitei-a nos desejos de aproveitar ali o meu tempo em alguma cousa util.

Examinei effectivamente todas essas encheviolas e logares immundos, em que se acham encerrados homens votados a soffrer e a respirar um ar infectado de corrupção fisica e moral.

O illustre ministro da justica, sabendo o cuidado que empreguei, encarregou-me depois mais de tomar informações sobre o local mais adequado para n'aquella cidade se construir uma prisão central penitenciaria, e bem assim sobre a facilidade que haveria em se levantar ali um emprestimo com esta applicação especial.

Quando eu recebi esta incumbencia adicional já eu me tinha preoccupado dos mesmos pensamentos, e em consequencia, não só em companhia de um engenheiro do governo, tinha ido visitar o unico local, que offerece as circumstancias e condições mais vantajosas ao fim que se deseja, mas procurei tratar com diversos e poderosos capitalistas, e alguns directores de banco, e todos me significaram que se prestariam da melhor vontade.

Contente de mim mesmo e do que havia praticado, parti do Porto para esta capital, onde soube, não sem alguma surpresa, que uma comissão do mesmo genero e natureza havia sido confiada ao presidente da relação do Porto e ao procurador regio da mesma relação.

Todavia tomei este facto, não por uma desconsideração, mas como a expressão de ardente desejo da parte do governo para melhor acerto sobre este objecto.

Não deixei de informar o ministro, mas absteve-me de reduzir a escripto a minha informação até chegar a official ordenada áquelles magistrados, e guardel, para d'elles fazer uso em tempo conveniente, os documentos que obtive.

Terei um dia pois occasião de apresentar ao digno par e á camara não só o resultado das minhas investigações; mas o conteúdo n'esses documentos.

O sr. Duque da Terceira—posso assegurar que o annuncio da interpellação que desejava fazer o meu nobre amigo e proximo parente, o sr. marquez de Vallada, ha de por mim ser communicado hoje mesmo ao meu collega, independentemente da participação por escripto que lhe for dirigida pela mesa d'esta camara; e asseguro que no dia e hora que se determinar para ter logar a interpellação, me acharei presente, contando que ha de também comparecer o sr. ministro da justica.

O sr. Presidente—eu queria fazer leitura da resposta ao discurso da coroa, tal como a offerece a comissão, mas desajava que estivessemos em numero, o que não sei se agora se verifica.

O sr. Visconde de Balsemão—lembro novamente o que já hoje tive a honra de fazer sobre a ultima resolução d'esta camara, em quanto ao numero para funcionar depois de aberta a sessão.

Vozes—ha numero, ha numero.

O sr. Presidente—leu o projecto de resposta ao discurso da coroa.

Mandou-se imprimir para ser opportunamente distribuido.

Em seguida lembrando novamente aos srs. relatores das comissões que não estiverem completas, a necessidade de pedirem o preenchimento das vagaturas, deu esse pedido para ordem do dia da quarta feira proxima; e levantou a sessão—Depois das 4 horas da tarde.

Relação dos dignos pares que estiveram presentes na sessão do dia 11 de fevereiro de 1860

Os srs.: visconde de Laborim; cardeal patriarcha; duque da Terceira; marquezes de Fronteira, de Niza, de Ponte de Lima, e de Vallada; condes de Mello, de Paraty, de Penamacor, de Peniche, da Ponte, da Ponte de Santa Maria, e da Taipa; viscondes de Alagos, do Athoquia, de Balsemão, de Benagazil, de Castellos, de Fonte Arcada, do Forno de Algodres, e da Granja; barões de Ancede, e de Pernes; Mello e Saldanha, Siqueira Pinto, Ferrão, Aguiar, Larcher, Eugenio de Almeida, e Brito do Rio.

Secretarios: os dignos pares (Conde de Mello, D. Pedro Brito do Rio).

(Assistia o sr. presidente do conselho.)

As 3 horas, verificada a presença de 25 dignos pares, o sr. presidente declarou aberta a sessão.

Leu-se a acta da precedente, que se julgon approvada, por não haver reclamação em contrario.

O sr. Secretario—fez leitura de um officio do ex.º sr. conde de Lavradio, presidente d'esta camara, no qual expunha que ainda que o ex.º sr. presidente do conselho, ministro dos negocios estrangeiros, não deixará de levar ao conhecimento da camara dos dignos pares os justos motivos que o impedem de comparecer na presente sessão, julga contudo do seu dever dirigir-se ao ex.º sr. vicepresidente, para lhe rogar o mui particular favor de renovar aos dignos pares os protestos do seu respeito, e do sentimento que tem de não poder ainda vir este anno coadjuvando-os em seus importantes trabalhos.

O sr. Presidente—confia em que a camara será de parecer que a mesa responda a este officio do sr. conde de Lavradio, declarando que foi recebido com especial agrado.

Assim se approvou.

O sr. Secretario—fez igualmente leitura de outro officio da junta do credito publico, datado de 14 do corrente, enviando 80 exemplares impressos do relatório e contas da gerencia da mesma junta no anno economico de 1858-1859, e as do exercicio de 1857-1858.

Mandaram-se distribuir.

O sr. Ferrão—expoz que acabava de receber um folheto sobre o credito predial, de que é auctor mr. Louis Bosellini, advogado em Modena, trabalho que tem intima relação com os apresentados a tal respeito por elle orador. Pedia que fosse distribuido pela camara dos dignos pares, mencionando-se na acta, que esta offerta fora recebida com especial agrado.

A indicação do digno par foi approvada.

O sr. Presidente—disse que, tendo lido hoje o *Diário de Lisboa*, ficou surprehendido de ver annunciada para ordem do dia d'esta sessão a resposta á falla do throno: prescindindo de quem correu para este erro, deve dizer que a camara está bem certa, de que sendo a mesa o ente moral competente para dirigir os trabalhos, se accordou na communicação á camara, de que a resposta ao discurso da coroa seria hoje distribuida, e que se designaria opportunamente o dia em que devia ser discutida. A mesa não tem nada com os erros do *Diário*; tem auctoridade, que a lei lhe dá, para dirigir os trabalhos; por consequencia não é tal ordem do dia, nem igualmente pôde ter logar a annunciada interpellação do sr. marquez de Vallada. Em quanto a esta, foi communicada ao sr. presidente da administração, e o ex.º sr. ficou de prevenir o ministro competente, como é natural que o fizesse.

Achando-se portanto terminados os trabalhos de hoje, determinou que a seguinte sessão tenha logar na proxima sexta-feira, sendo a ordem do dia a discussão da resposta á falla do throno.

Levantou-se a sessão eram 3 horas e 1 quarto.

Relação dos dignos pares, que estiveram presentes na sessão do dia 15 de fevereiro de 1860

Os srs.: visconde de Laborim; duque da Terceira; marquezes de Fronteira, e das Minas; condes de Bomfim, de Farrobo, de Paraty, de Penamacor, da Ponte, da Ponte de Santa Maria, de Rio Maior, e do Sobral; viscondes de Alagos, de Athoquia, de Benagazil, de Campañhã, de Castellos, de Castro, da Luz, e de Ovar; barões de Pernes, e de Porto de Moz; Mello e Saldanha, Pereira Coutinho, Siqueira Pinto, Ferrão, Silva Carvalho, Aguiar, Larcher, Isidoro Guedes, Eugenio de Almeida e Brito do Rio.

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 17 DE FEVEREIRO

PRESENCIA DO EX.º SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

Á uma hora verificou-se, pela chamada, estarem presentes 60 srs. deputados.

O sr. Presidente—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Dá-se conta na mesa das seguintes declarações: 1.º Do sr. Diogo de Sousa de que o sr. Pontes não comparecerá talvez na sessão de hoje por motivo justo.—*Intervado.*

2.º Do sr. Blanc (Hermenegildo), de que o sr. deputado Blanc (Viriato) tem faltado e continuará a faltar a algumas sessões por incommodo de saúde.—*Intervado.*

3.º Do sr. Silva e Cunha de que o sr. Joaquim José Coelho de Carvalho, deputado eleito em segundo escrutinio pelo circulo de Lagos, por motivos ponderosos não tem podido vir tomar o seu logar, o que fará logo que lhe seja possível.—*Intervado.*

4.º Do sr. Costa e Silva de que o sr. Simão Maria de Almeida não pôde, por motivos justos, comparecer á sessão de hoje, e talvez a algumas das seguintes.—*Intervado.*

Tem seguida leitura as seguintes propostas:

1.º Renovo a iniciativa do projecto de lei n.º 71, da legislatura passada, contendo providencias acerca dos tabellães e escriptas judicias.—*Henriques Secco.*

Sendo admittida é enviada á comissão de legislação.

2.º Renovo a iniciativa do meu projecto de lei sobre a dotação do clero, apresentado á camara na sessão de 18 de dezembro de 1858.—*Alves Martins.*

Sendo admittida, é enviada á comissão ecclesiastica.

Também teve segunda leitura o seguinte requerimento:

«Agradecendo muito a honra que a camara me acaba de fazer, escolhendo-me para as comissões de guerra e de marinha, pondero contudo que já pertengo á de fazenda, na qual sou secretario; e porque me será muito difficil accumular tanto trabalho, e tão differente, rogo á camara ser dispensado da comissão de guerra e da de marinha.—*A. X. Palmeirim.*»

Não é admittida á discussão.

O sr. D. Rodrigo de Menezes—manda para a mesa um requerimento pedindo esclarecimentos ao governo.

O sr. Visconde de Pindella—requer que seja remittida da secretaria da camara á comissão respectiva, uma representação que a camara municipal de Guimarães enviou, na legislatura passada, ao seu dignissimo representante então, o sr. D. Rodrigo de Menezes, pedindo n'essa representação o ser creada n'aquella cidade uma cadeira de philosophia racional e moral, e outra de rhetorica e poetica.

Nada por agora diz sobre este objecto, por não ser esta a occasião, nem a comissão exige que mostre a necessidade d'este pedido; mas se lhe forem precisos alguns esclarecimentos, os dará com toda a satisfação, pois está certo de que ha de ser attendida aquella representação da camara municipal de Guimarães, a que se honra de pertencer.

O sr. Dias de Azevedo—entre as propostas que tem sido apresentadas pelo governo á camara, uma d'ellas é de grande importancia e alto alcance, e para a sua solução necessitam todos estar habilitados, e de uma maneira que, sem fazer estorvos ás boas intenções com que o governo apresenta essa medida, se não prejudique também qualquer das nossas industrias, e muito mais aquella de que todos dependem, e de que o paiz tira o seu principal recurso, a da agricultura.

Foi eleito por um circulo essencialmente agricola, e com quanto deseje mostrar em todo o sen-

tido, que é deputado, não de uma localidade, mas da nação, deve todavia representar e advogar mais effizantemente os interesses d'aquellas povoações que o honram com a sua confiança, e a cujos eleitores n'esta occasião dá os devidos agradecimentos.

Para se poder entrar com conhecimento de causa na discussão da proposta apresentada pelo sr. ministro das obras publicas, que tem por fim permitir a admissão de cereas estrangeiros até ao mez de junho, é necessario saber qual a produção que houve, qual a quantidade dos generos existentes, e qual o consumo provavel até ao tempo em que é permittida a introdução.

Hoje não é facil ao governo conhecer d'este assumpto, limitando-se ao consumo de Lisboa, porque essa base desapareceu com a extinção do terceiro publico: então sabia-se a produção que tinha cada lavrador; actualmente não tem sido isso possível, sem se saber a causa d'essa impossibilidade por parte do governo, quando é certo que a camara municipal de Benavente, em outra epocha em que se tratou também de admitir cereas estrangeiros, pretendendo saber a produção, fez uma circular a todas as camaras do districto, e soube a quantidade de cereas que tinham produzido os concellos do Ribatejo; quaes as quantidades existentes; quanto se podia consumir, e quanto sobejava para a alimentação de Lisboa. E assim como aquella camara por si pôde saber isto, muito mais o pôde saber o governo.

Já em outro tempo, fallando sobre o mesmo objecto, exigiu as estatísticas da produção e existencia dos cereas, mas responderam-se-lhe, que o tempo, a chuva e o sol eram as melhores estatísticas para tratar d'este negocio. O tempo passou e hoje acredita que o nobre ministro está perfectamente habilitado para entrar n'esta questão, mas para o estarem todos é necessario ter os esclarecimentos á vista, e por esse motivo faz dois requerimentos pedindo a este respeito os esclarecimentos que julga necessarios para se poder apreciar esta questão.

O sr. Nogueira Soares—lê e manda para a mesa o parecer da comissão de verificação de poderes, acerca da eleição de Prouença a Nova.

Manda-se imprimir.

É introduzido na sala com as formalidades do estylo o sr. Barão das Lages, que presta juramento e toma assento.

O sr. Plácido de Abreu—depois de mandar para a mesa propostas renovando a iniciativa de alguns projectos de lei, acrescenta que não desconhece a importancia de qualquer dos assumptos a que se referem os projectos a que allude nas suas propostas, porque todos elles a tem; mas um dos objectos de maior consideração que tem vindo á camara é o que diz respeito ao monte pio militar, e confia que a comissão de guerra o tomará na devida consideração, por ser assumpto que diz respeito a uma classe que presta valiosos serviços ao estado.

Manda também um requerimento para que, pelo ministerio das obras publicas se enviem os esclarecimentos que pediu em relação ás estradas do reino e caminho de ferro de leste; julgando conveniente que estes esclarecimentos sejam presentes á camara antes de entrarem em discussão estes dois importantissimos assumptos.

Manda também duas notas de interpellação, uma ao sr. ministro do reino, acerca das graves desordens que tem tido logar na villa de Ponte de Lima, e outra ao sr. ministro da justica, relativa á antiguidade dos juizes.

O sr. Moraes Carvalho—manda para a mesa uma nota de interpellação ao sr. ministro do reino.

O sr. Furtado—manda também para a mesa uma nota de interpellação ao sr. ministro das obras publicas.

O sr. Alves Martins—chama a attenção do sr. ministro da justica sobre a tabella dos emolumentos para as camaras e auditórios ecclesiasticos, notando que tem recebido cartas de diversos pontos do reino, queixando-se dos grandes roubos que se estão fazendo em diversas camaras ecclesiasticas; sendo da maior urgencia que o governo tome a iniciativa sobre este negocio e o faça resolver quanto antes. Um projecto relativo a este assumpto ficou pendente de discussão na sessão passada, e tem de renovar a iniciativa sobre elle, quando s. ex.ª entenda que a não deve tomar; e por isso deseja saber a opinião de s. ex.ª a este respeito.

Pede também a s. ex.ª, que não deixe esquecido um negocio tão importante como é o da dotação do clero, porque não é possível que elle continue no estado precario em que está actualmente.

Por ultimo conclue e chama também a attenção de s. ex.ª sobre a organização das sedes do reino e cabidos, e constando-lhe que s. ex.ª tem trabalhos promptos sobre este assumpto, deseja ouvir algumas explicações a este respeito.

O sr. Ministro da justica (Martens Ferrão)—pôde assegurar ao sr. deputado, que tenciona apresentar á camara, em mui pouco tempo, um projecto de reforma das tabellas ecclesiasticas. Tomou conhecimento do projecto que na mesma camara se começou a discutir, pediu sobre elle esclarecimentos ás diversas dioceses, e organizou um trabalho que a camara apreciará.

Igualmente tenciona apresentar alguma cousa sobre a dotação do clero, porque julga de absoluta necessidade que se tome alguma providencia a esse respeito. Reconhece que a medida radical sobre a dotação do clero tem grande difficuldade, mas entre abordar essa questão desde já, e tomar uma providencia que colloque n'uma melhor posição os parochos, e que os não sujeite á dependencia directa dos contribuintes, ha um meio termo, e n'esse sentido ha de apresentar uma proposta de lei.

Em quanto á organização dos cabidos, o sr. deputado sabe que a este respeito já fez o que podia fazer por decreto, e sobre o que depende da sancção legislativa também tenciona apresentar á camara alguns trabalhos.

O sr. Telles de Vasconcellos—envia para a mesa um requerimento pedindo esclarecimentos.

O sr. Garcez Pereira—manda para a mesa uma declaração, de que foi por motivo justificado que faltou ás sessões de segunda e terça-feira. Igualmente apresenta uma proposta renovando a iniciativa de alguns projectos que apresentou á camara transacta, e uma nota de interpellação ao sr. ministro das obras publicas.

O sr. Mousinho de Albuquerque—remette para a mesa uma nota de interpellação ao sr. ministro da fazenda.

O sr. Ferrer—á camara sabe, e sabem todos os homens de letras do paiz, a grande importancia que tem a collecção dos monumentos historicos, empreendida pela academia real das sciencias, e subsidiada por uma providencia tomada pelo poder legislativo. Esta collecção honra-nos nos paizes estrangeiros. Fallará só da parte relativa á publicação da antiga legislação do paiz.

Todos sabem que a publicação da antiga legislação do paiz, vem trazer um grande subsidio ao estudo do nosso direito, e da historia da legislação e jurisprudencia nacionaes, subsidio até agora ignorado em grande parte. Esta collecção, porém, desgrazadamente não chegará senão até ao século xv inclusive; e tanto que está assentado, que a continuação da obra, empreendida pelo visconde de Santarem, quanto aos monumentos diplomaticos, principiará somente no século xvi.

Posto isto vai fallar de um objecto gravissimo a este respeito, que é acerca do direito ecclesiastico, que rege a igreja lusitana: os monumentos da nossa antiga legislação ecclesiastica até ao século xv, não

de apparecer como já disse, n'aquella grande collecção dos monumentos historicos, mas não hão de apparecer os do século xv por diante até agora: d'estes não teremos conhecimento algum por esta obra. Podemos conhecer o direito canonico das decretas, commun e geral. Ha bons livros d'esse direito, porém, este direito acha-se muito alterado e modificado pelo direito especial, que rege a disciplina da igreja lusitana. E este é o que importa estudar e saber, não somente porque por elle se administra a nossa igreja, senão ainda porque por elle se regulam as nossas relações com a curia romana, sobre as quaes a cada passo occorrem gravissimas questões, como em nossos dias as do padroado do Oriente.

Para o estudo d'este direito especial da nossa igreja, que defende as prerogativas da coroa e as liberdades da igreja lusitana, ha alguns subsidios nos monumentos ecclesiasticos da idade media, nos concilios da Hespanha e Portugal, communis das duas igrejas. Porém ignoramos os monumentos posteriores do direito ecclesiastico portuguez, alora algumas concordatas e outros diplomas, publicados pelos escriptores nacionaes e estrangeiros.

Estes monumentos legislativos acham-se encerrados nos archivos das secretarias dos negocios ecclesiasticos, dos estrangeiros, na torre do tombo e aonde se acharem os papéis da antiga mesa da consciencia e ordens, etc.

Importa collectar estes monumentos e publical-os na sua integra, para se poderem estudar, e sobre-elles escrever-se o direito ecclesiastico portuguez, e a historia da nossa igreja.

Geralmente diz-se que o direito canonico nada val; porque na verdade o direito canonico, que se estuda, não é aquelle que rege a disciplina actual da nossa igreja, e por isso as auctoridades ecclesiasticas e até as judicias, v. g., nos recursos á coroa, se vêem muitas vezes embaraçadas.

Como hão de os professores de direito canonico na universidade e seminarios estudar e ensinar este direito, se os diplomas que encerram as suas fontes lhes são desconhecidos, e se acham enterrados nos archivos do estado?

Na universidade ha um illustre professor d'este direito, que está fazendo um compendio. Prova o seu grande zelo do modo que lhe é possível: mas por certo o não pôde fazer de um modo completo e cabal; faltão-lhe os subsidios de que tem fallado. Assim mesmo faz um grande serviço a este paiz e á igreja.

Em Hespanha o dr. Aguirre fez um excellente compendio, ou antes tratado do direito ecclesiastico da Hespanha, e por elle ensina na universidade de Madrid; mas consulto primeiro os archivos ecclesiasticos e seculares, e sobre os diplomas que encontrou escreve a sua obra. Este livro dá-nos muita luz, porque muitos dos diplomas são communis ás duas igrejas; porém não basta. Cumpre consultar o que é especial á nossa igreja.

É mister pois collectar e publicar todos os monumentos ecclesiasticos da igreja lusitana desde o principio do século xvi em diante; visto que até essa epocha ha de chegar a grande collecção dos monumentos historicos.

Toma a liberdade de lembrar ao sr. ministro dos negocios ecclesiasticos esta idea, para que se s. ex.ª se convencer, como espera da sua illustração, de que ella é importante, nomeio quanto antes alguma pessoa que tenha conhecimento de direito canonico, para proceder a esta collecção.

O sr. Ministro da justica (Martens Ferrão)—acha grande conveniencia e vantagem em se fazer uma collecção completa de todos os monumentos; mas o sr. deputado referiu-se a diversos estabelecimentos, que não estão sujeitos ao ministerio a seu cargo, como a torre do tombo. Pelo que pertence ao ministerio a seu cargo, pôde dizer ao sr. deputado, que é um trabalho que já enctou. No decreto que organisou a secretaria de justica estabeleceu-se que se faça um resumo, mas desenvolvido bastante, de todas as resoluções e documentos que têm alguma importancia. Já se começou a fazer este trabalho, vae progredindo, e, feito elle, o sr. deputado comprehende que o resto é facilissimo, porque os documentos escriptos organisados, e nada mais facil do que publical-os. Em quanto ás outras repartições o que pôde fazer é tomar em consideração o pedido do sr. deputado, e fallar com os seus collegas a este respeito, que de certo também reconhecerão a vantagem de uma collecção completa d'estes documentos.

O sr. Ferrer—está satisfeito com a explicação dada pelo sr. ministro, mas é necessario que a collecção seja completa, não basta um resumo, e que se encarregue d'este negocio um jurisconsulto que tenha estudado muito o direito ecclesiastico, porque só assim se poderá fazer uma verdadeira collecção. Não estando todos os registos á disposição do sr. ministro da justica, espera que s. ex.ª se entenda com os seus collegas, e que o negocio seja resolvido, porque na universidade não se pôde ensinar direito ecclesiastico, sem se publicarem estes monumentos, principalmente do século xvi para cá.

O sr. Sá Vargas—manda para a mesa o parecer da comissão de poderes sobre o diploma do sr. Cypriano Justino da Costa, deputado eleito pelo circulo de Monte-mór o Novo.

É approvado, e em seguida proclamado deputado da nação portugueza o sr. Cypriano Justino da Costa.

ORDEM DO DIA

CONTINUAÇÃO DE ELEIÇÃO DE COMISSÕES

Procede-se simultaneamente á eleição das comissões de legislação e do ultramar, sendo a primeira composta de 14 membros, e a segunda de 9.

Corrido o escrutinio para a comissão de legislação verifica-se terem entrado na urna 96 listas, sendo 7 brancas, e saem eleitos:

Os srs. Vicente Ferrer com... 83 votos
João de Mello Soares... 83 »
A. A. de Moraes Carvalho... 80 »
Gonçalves de Freitas... 79 »
Pinto Coelho... 74 »
Rebello Cabral... 73 »
Sá Vargas... 73 »
Telles de Vasconcellos... 68 »
Blanc (Hermenegildo)... 67 »
Sousa Azevedo... 63 »
Carlos Ramiro Coutinho... 63 »
J. B. da Silva Cabral... 55 »

O sr. Presidente—declara que faltam ainda dois membros para ficar completa esta comissão, pois que os outros senhores que foram votados não obtiveram a maioria absoluta contada em relação ao numero real dos votantes, terá por isso de proceder-se a novo escrutinio.

O sr. A. R. Sampaio—opina que a maioria absoluta não deve contar-se sobre o numero real dos votantes, mas sim sobre o numero das listas validas, porque uma lista branca não é um voto que deva contar-se. Portanto deduzidas as listas brancas que entraram na urna e contada a maioria absoluta sobre as restantes, alguns dos eleitos tiveram numero de votos sufficiente para obter a maioria absoluta, e por isso deviam considerar-se eleitos, e d'este modo não é preciso proceder-se a segundo escrutinio.

O sr. Presidente—á mesa não pôde deixar de contar a maioria absoluta sobre o numero real dos votantes, embora entrem na urna listas brancas, porque assim se tem feito desde a primeira eleição que teve logar na camara.

O sr. D. Rodrigo de Menezes—pede que se suspenda até amanhã a publicação do escrutinio, e

quando a camara estiver em maior numero resolverá o que tiver por mais conveniente.

O sr. Presidente—á mesa agora não tem a fazer outra cousa senão dar conhecimento, como dera, do resultado da votação, e passar a correr o escrutinio para a comissão do ultramar, e amanhã suscitando-se novamente esta questão, a camara resolverá como entender.

Os srs. Palmeirim e R. Sampaio mandam para a mesa dois pareceres da comissão de fazenda sobre propostas do governo.

Mandam-se imprimir.

Corre-se o escrutinio para a comissão do ultramar, e tendo entrado na urna 97 listas, sendo 7 brancas, saem eleitos:

Os srs. Francisco Soares Franco com... 82 votos
Joaquim Pinto de Magalhães... 79 »
José Antonio Maia... 76 »
Antonio de Azevedo e Cunha... 74 »
Alexandre Balduino Severo de Mendonça... 66 »
Vicente Ferrer Neto de Paiva... 63 »
João de Sousa Machado... 62 »
Antonio Maria Barreiros Arrobas... 61 »
Bernardo Francisco de Abranches... 58 »

O sr. Presidente—dando para ordem do dia de amanhã a eleição de dois membros que faltam na comissão de legislação; a eleição da comissão especial proposta pelo sr. ministro da justica; e se houver tempo a eleição de outras comissões, levanta a sessão.—*Eram 4 horas e 3 quartos da tarde.*

No extracto da sessão de hontem omitti-se a seguinte proposta, que devia ler-se a pag. 153, col. 3.ª lin. 26.º

2.º Renovo a iniciativa do projecto de lei que tive a honra de apresentar á camara na legislatura passada sobre empregados de repartições extinctas, e que obtive parecer da illustre comissão de fazenda sob o n.º 49.—*D. Rodrigo José de Menezes*, deputado por Villa Nova de Fomalica. É admittida e enviada á comissão respectiva.

Propostas de lei apresentadas pelo sr. ministro da fazenda em sessão de 15 do corrente, e a que se refere o relatório sobre o estado da fazenda publica inserto no *Diário de Lisboa* n.º 39 de 17 do mesmo mez

N.º 1

PROPOSTA DE LEI

Artigo 1.º É approvada a applicação dada pelo governo ás despesas geraes do estado, até ao dia 30 de novembro de 1859, da somma de 2.135:388\$199 réis levantada em virtude das autorisações concedidas pelos artigos 4.º e 5.º da lei de 4 de junho de 1857, e artigo 2.º da lei de 5 de março de 1858, ficando o governo relevado da responsabilidade em que incorreu pela referida applicação; salvo porém o exame sobre a legalidade das despesas effectuadas, o qual sempre terá logar em conformidade das leis.

Art. 2.º O governo preencherá pelos meios estabelecidos nos citados artigos 4.º e 5.º da lei de 4 de junho de 1857, e artigo 2.º da lei de 5 de março de 1858, o saldo em divida em 30 de novembro de 1859, dos melhoramentos da capital, votados por lei de 14 de agosto de 1858, na importancia de réis 302:891\$300; e poderá, pelos mesmos meios, prover até ao dia 30 de junho de 1860 a differença que houver entre a receita ordinaria que se realizar e as despesas geraes do estado, autorizadas por lei, para as quaes não existem meios especiaes igualmente autorizados.

Art. 3.º O governo dará conta ás cortes na sessão legislativa de 1860 a 1861 do uso que houver feito da autorisação concedida pelo artigo precedente.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrario.

do do concelho ou bairro, presidente; do escrivão de fazenda, secretario; do delegado ou sub-delegado do procurador regio; e de dois cidadãos proprietários, residentes no concelho, nomeados anualmente pela respectiva camara municipal.

§ unico. Os delegados distribuidos pelas juntas dos repartidores dos seus respectivos bairros, e concelhos exteriores que fazem parte das mesmas comarcas, conforme as necessidades do serviço.

Art. 3.º A matriz predial de cada concelho será feita pelo respectivo escrivão de fazenda, com reclamação para elle, e recurso para a junta dos repartidores, de que trata o artigo 2.º, nos termos dos n.ºs 1.º e 2.º, e § unico do artigo 14.º do decreto com força de lei de 31 de dezembro de 1852, e para o conselho d'estado, nos termos da presente lei.

Art. 4.º O escrivão de fazenda e a junta dos repartidores serão auxiliados por certo numero de informadores lousados, nomeados anualmente, metade pela mesma junta e a outra metade pela respectiva camara municipal.

Art. 5.º Com as rectificações feitas pelas juntas dos repartidores ficam as matrizes concluidas, e para por ellas se proceder á repartição da contribuição predial, nos termos da presente lei.

§ unico. Ficam extintos os recursos ao conselho do districto, e revogado n'esta parte o artigo 15.º do decreto de 31 de dezembro de 1852.

Art. 6.º Os 2/3 para fallas, estabelecidos pelo artigo 20.º do citado decreto com força de lei de 31 de dezembro de 1852, serão contados sobre o total da contribuição, comprehendidos os addicionaes que houver; e da mesma forma, quando tenha logar a anulação de qualquer collecta, serão restituídos aos contribuintes os addicionaes com a quota principal.

Art. 7.º As juntas dos repartidores de concelho repartirão os seus respectivos contingentes proporcionalmente ás verbas dos valores collectaveis das respectivas matrizes.

§ unico. Os contribuintes, que se julgarem lesados pela repartição, poderão reclamar perante a mesma junta.

Art. 8.º Nos concelhos de Lisboa e Porto, a percentagem será igual para os respectivos bairros que os compõem, não se subdividindo o contingente de cada um dos ditos concelhos.

Art. 9.º Da matriz concluida nos termos do artigo 5.º, e bem assim da repartição que sobre essa matriz se fizer, haverá ainda recurso para o conselho d'estado, nos casos de preterição de formalidades e termos essenciaes do processo, ou offensa de lei expressa.

§ unico. Quando porém houver provimento d'estes recursos, as respectivas certidões servirão sómente aos proprios contribuintes, ou a outros do mesmo concelho, a quem elles se endossarem, para serem attendidos no pagamento de quantia igual áquella em que houverem sido lesados pelo erro da matriz ou da repartição.

Art. 10.º Fora dos recursos estabelecidos na presente lei, e dos prazos que os regulamentos lles fixarem, só poderão recorrer extraordinariamente para o governo, pela repartição das contribuições directas:

1.º A fazenda nacional;

2.º Os collectados sem fundamento algum para o serem pela contribuição de que se trata;

3.º Aquelles a quem de direito competir o beneficio de restituição de qualquer quota de collecta.

Art. 11.º Fica revogado o artigo 3.º do decreto de 31 de dezembro de 1852, e bem assim quaesquer outras disposições do mesmo decreto, e em geral toda a legislação que for em contrario ás disposições da presente lei.

Secretaria d'estado dos negocios da fazenda, em 15 de fevereiro de 1860. — José Maria do Casal Ribeiro.

N.º 5

PROPOSTA DE LEI

Artigo 1.º Ficam extintos, desde o 1.º de janeiro de 1861 em diante, os impostos denominados: decima industrial, manio de fabricas, assim como todos os addicionaes e sellos de conhecimentos respectivos aos referidos impostos; e substituidos por um imposto que se denominará — contribuição industrial — nos termos da presente lei.

Art. 2.º Todas as pessoas nacionaes ou estrangeiras que exercerem no continente do reino e nas ilhas adjacentes qualquer industria, profissão, arte ou officio serão sujeitas á contribuição industrial, nos termos da presente lei.

§ 1.º Exceptuam-se da disposição d'este artigo:

1.º Os membros do corpo diplomatico estrangeiro em effectivo serviço;

2.º Os agentes consulares de paizes estrangeiros, sómente com respeito aos proventos do seu emprego;

3.º Os empregados do estado ou de estabelecimentos subsidiados pelo estado, com respeito aos vencimentos que receberem do estado ou d'esses estabelecimentos; e bem assim os ministros do culto, com respeito a todos os seus vencimentos de qualquer origem;

4.º Os credores da divida publica fundada, com respeito aos juros d'ella;

5.º Os pescadores e concessionarios de minas, com relação aos seus respectivos lucros, em quanto estiverem sujeitos a impostos especiaes;

6.º Os cultivadores ou exploradores de quaesquer predios rústicos ou urbanos, com relação aos seus respectivos lucros, sujeitos á contribuição predial;

7.º As caixas economicas e os monte pios legalmente estabelecidos;

8.º Os jornalheiros ou trabalhadores que não exercerem alguma das profissões designadas nas tabelas A e B;

9.º Aquelles que forem isentos por leis especiaes.

§ 2.º As disposições d'esta lei serão applicadas aos subditos estrangeiros, com as modificações estabelecidas nos respectivos tratados, em quanto estes subsistirem.

Art. 3.º A contribuição industrial compõe-se:

1.º De taxas fixas, não sujeitas a repartição, mas impostas a certas industrias, profissões, artes ou officios, proporcionalmente aos seus lucros certos ou presumidos, reguladas pelas diversas disposições d'esta lei e tabella annexa A que d'ella faz parte;

2.º De taxas variaveis, ou sujeitas a repartição, impostas a outras industrias, profissões, artes ou officios; umas conforme a grandeza das povoações em que forem exercidas, e segundo os diversos lucros, que na mesma povoação podem ter os diferentes individuos que as exercerem; outras não sujeitas no todo ou em parte á ordem das terras, mas também conforme os diversos lucros de cada contribuinte; as quaes taxas serão reguladas também pelas disposições d'esta lei e tabella junta B que d'ella faz parte.

Art. 4.º Para os effectos d'esta lei, todas as povoações do continente do reino e ilhas adjacentes serão distribuidas em cinco ordens, segundo sua população e riqueza.

Consideram-se povoações de primeira ordem as cidades de Lisboa e Porto.

Consideram-se povoações de segunda ordem:

No continente do reino:

As cidades e villas de Barcellos, Braga, Castello Branco, Coimbra, Covilhã, Évora, Faro, Figueira, Guimarães, Santarém, Setúbal, Thomar, Vianna do Castello, Villa Nova de Gaia e Vizeu; bem como a

parte das freguezias de Lisboa extra muros d'esta cidade, e as freguezias de S. Bartholomeu do Beato, Santos Reis do Campo Grande, Nossa Senhora do Amparo de Bemfica, Nossa Senhora da Ajuda e Santa Maria de Belem, todas nos concelhos dos Olivares e de Belem.

E nas ilhas:

As cidades de Angra, Funchal, Horta e Ponta Delgada.

Consideram-se povoações de terceira ordem:

No continente do reino:

As cidades e villas de Almada, Aveiro, Bragança, Beja, Chaves, Elvas, Guarda, Lamego, Leiria, Póvoa do Varzim, Portalegre, Távora, Villa do Conde, Villa Franca de Xira, Villa Real de Traz os Montes e Villa Nova de Portimão.

E nas ilhas:

As villas da Ribeira Grande, Villa Franca do Campo e Villa da Praia.

Consideram-se povoações de quarta ordem todas as outras cidades e villas do reino e ilhas.

Consideram-se povoações de quinta ordem as aldeias e povoações rurais.

Art. 5.º As industrias, profissões, artes ou officios, em cuja importância influir a ordem das povoações onde forem exercidas, serão distribuidas em oito classes, e taxadas segundo a 1.ª e 2.ª parte da tabella B que faz parte d'esta lei.

§ 1.º As industrias, profissões, artes ou officios, em cuja importância não influir a ordem das povoações onde forem exercidas, serão taxadas segundo a 3.ª parte da tabella B.

§ 2.º Os contribuintes serão collectados sempre em relação á ordem da terra em que habitualmente exercem a sua industria, profissão, arte ou officio, ainda que não seja a do seu domicilio.

Art. 6.º A pessoa que por si ou pelos seus agentes exercer mais de uma industria, profissão, arte ou officio no mesmo concelho, contribuirá com as taxas que a cada uma corresponder, ainda que as exerca no mesmo edificio.

Art. 7.º A pessoa que no concelho exercer a mesma ou as mesmas industrias, profissões, artes ou officios em diferentes locais, entrará para a contribuição com tantas taxas quantos forem os seus diversos estabelecimentos.

Art. 8.º A pessoa que dentro da mesma loja ou estabelecimento vender artigos pertencentes a duas ou mais industrias, profissões, artes ou officios das comprehendidas nas tabelas A e B pagará só pela taxa mais elevada d'entre as correspondentes a essas industrias.

Art. 9.º Os fabricantes ou negociantes que tiverem deposito de fazendas em locais certos para venda a retalho, ainda que não vendam diariamente, mas só em dias de feiras ou mercados, pagarão a taxa correspondente alem da collecta que pagarem pela fabrica ou estabelecimento commercial.

Art. 10.º As sociedades com firma serão collectadas por meio de uma só taxa.

Art. 11.º As companhias ou quaesquer outras sociedades commerciaes de qualquer especie, cujo fundo social for representado por meio de acções a que se distribuirem dividendos, serão collectadas em 10/100 do total do dividendo distribuido no anno proximo antecedente ao do lançamento de que se trata; sendo a collecta n'uma só verba, e cobrada por uma só vez dos directores, caixas ou gerentes d'aquelles estabelecimentos.

§ unico. As companhias exclusivamente fabris pagarão na razão de 5/100 dos seus dividendos.

Art. 12.º Os directores, agentes, caixeiros ou outros quaesquer empregados de bancos e companhias anonymas de qualquer especie, que tiverem vencimentos conhecidos e fixos, pagarão 10/100 d'esses vencimentos como contribuição industrial.

Art. 13.º Em quanto subsistirem as deducções nos vencimentos dos empregados publicos, aquelles que receberem emolumentos, tenham ou não vencimentos pelo thesouro, pagarão como contribuição industrial 10/100 d'esses emolumentos, sempre que haja meio de serem exactamente conhecidos; alíás serão taxados segundo as lotações dos respectivos empregos ou officios.

§ unico. Os empregados publicos, cuja retribuição consista só em emolumentos, só ficam sujeitos á contribuição industrial, quando as respectivas lotações dos seus empregos ou officios igualemente excedam a importância minima dos ordenados pagos pelo estado sujeitos a deducções.

Art. 14.º A contribuição industrial começa a vencer-se desde o fim do primeiro trimestre em que começar o exercicio de qualquer industria, profissão, arte ou officio; e deixa de vencer-se no fim do trimestre em que cessar esse exercicio.

Art. 15.º Todos os estabelecimentos industriais ou commerciaes a que se refere esta lei e suas respectivas tabelas serão garantida especial das taxas a que pela mesma lei estiverem sujeitos, e das custas e multas a que o seu lançamento ou cobrança possa dar causa; e os seus possuidores por qualquer titulo serão responsaveis pelas mesmas taxas, custas e multas, quando os proprios collectados deixem de as pagar.

§ 1.º Todos os logistas e chefes de estabelecimentos fabris ou commerciaes, ou companhias anonymas de qualquer especie, serão responsaveis pelas collectas dos seus respectivos empregados, caixeiros e mestres de officinas, quando estes não sejam pagas nos prazos da lei.

§ 2.º Todos os empregados de espectaculos publicos serão responsaveis pelas collectas dos seus respectivos artistas, quando estes não as paguem nos prazos da lei.

Art. 16.º O lançamento e a repartição da contribuição industrial far-se-ha por concelhos e competirá á respectiva junta dos repartidores, ou aos proprios contribuintes, com recurso para a camara municipal e para o conselho d'estado, nos termos da presente lei.

§ 1.º Os diversos bairros em que se dividem os concelhos de Lisboa e Porto serão, para os effectos d'esta lei, considerados como outros tantos concelhos.

§ 2.º Em lugar dos dois cidadãos proprietários, que, pelo citado artigo 2.º da lei da contribuição predial, fazem parte da junta dos repartidores, as camaras nomearão dois cidadãos da classe industrial para o serviço da respectiva contribuição.

§ 3.º As mesmas autoridades competem a imposição de qualquer multa a que possa dar logar o lançamento ou a repartição da contribuição industrial.

Art. 17.º Haverá em cada concelho informadores lousados especiaes para o serviço da contribuição industrial, escolhidos anualmente pela respectiva junta.

Art. 18.º Far-se-ha em cada concelho um arrolamento geral de todas as pessoas que, nos termos da presente lei, estiverem sujeitas á contribuição industrial; a qual matriz servirá para se lançar e distribuir a mesma contribuição.

§ 1.º Esta matriz será feita pelo escrivão de fazenda do respectivo concelho, tomando por base no primeiro anno o ultimo lançamento das contribuições extintas por esta lei, no qual fará ex-officio, ou a reclamação de qualquer cidadão contribuinte, todas as alterações que a mudança de circunstancias dos individuos ali collectados, ou as novas provisões d'esta lei, tornarem necessarias. Feita a primeira matriz será esta tomada para base das subsequentes.

Art. 19.º A matriz, depois de feita pelo respectivo escrivão de fazenda, nos termos do artigo antecedente, será patente aos contribuintes no tempo e pelos prazos que os regulamentos fixarem; e das reclamações que não forem satisfeitas pelo escrivão de fazenda haverá recurso para a junta dos repartidores, que as julgará nos prazos estabelecidos nos mesmos regulamentos.

§ unico. Com as rectificações feitas pelas juntas dos repartidores ficam as matrizes concluidas para por ellas se fazer o lançamento e a distribuição da contribuição industrial, nos termos da presente lei.

Art. 20.º Esta matriz, assim concluida, nos termos do artigo antecedente, é a base do lançamento e repartição da contribuição industrial.

§ 1.º Aos contribuintes das classes a que se refere o n.º 1.º do artigo 3.º, incluídos na tabella A, e que nos termos d'esta lei estiverem sujeitos a uma taxa variavel conforme os seus respectivos lucros, far-se-ha a repartição pelo modo estabelecido nos artigos seguintes.

Art. 21.º Os escrivães de fazenda extrahirão da matriz listas nominadas separadas de todas as pessoas da mesma industria, profissão, arte ou officio, e ordem de povoação, que estiverem sujeitas a taxas variaveis nos termos do citado n.º 2.º do artigo 3.º e da tabella B, e avisarão a todas as pessoas que constarem da mesma lista, no caso de serem pelo menos sete, para se constituirem em gremio dentro do prazo marcado nos regulamentos, a fim de procederem entre si á repartição da importância total das taxas que couber á sua industria, profissão, arte ou officio, na proporção dos respectivos lucros de cada um.

§ unico. Logo que, sobre aviso do escrivão de fazenda, se reunirem sete ou mais pessoas de uma mesma lista, poderá considerarse constituído o gremio, se não houver reclamação em contrario da maioria das pessoas com rehenças na mesma lista.

Art. 22.º Constituidos em gremio os diversos individuos que dentro da mesma ordem de terra exercerem a mesma industria, profissão, arte ou officio, procederão á repartição da importância total das taxas que tiverem cabido ao mesmo gremio pelos diversos membros d'elle, conforme os seus lucros respectivos; e escolherão dois ou tres procuradores para representarem o gremio nas suas relações com as autoridades, nos termos d'esta lei.

§ 1.º Nunca porém poderão lançar a cada membro do gremio, nem mais do que o qumtuplo da respectiva taxa, nem menos do que a quinta parte d'ella.

§ 2.º A repartição será feita, sob pena de nulidade, de modo que a somma total das quotas que tiverem de pagar todos os associados seja sempre igual á importância total das taxas que tiverem cabido ao gremio.

§ 3.º O gremio poderá fazer esta repartição directamente ou por via de arbitros de sua eleição.

Art. 23.º Da repartição assim feita pelo gremio haverá recurso para a respectiva camara municipal.

§ 1.º A camara julgará conjuntamente em um só processo, em uma só sessão, e por uma só decisão, todos os recursos relativos a um mesmo gremio, depois de ouvidos os recorrentes e os procuradores representantes do gremio recorrido, emendando os erros ou injustiças que na repartição feita por este possa ter havido; mas sempre de modo que as quantias que diminuir a algum dos contribuintes as acrescentar logo aos outros, e que a somma total das quotas que tiverem de pagar todos os membros do gremio prefacem a importância total da somma que lhe tiver cabido, sob pena de nulidade.

§ 2.º A camara em sessão publica ouvirá todos os interessados e o respectivo escrivão de fazenda, e colherá todos os esclarecimentos; mas a discussão e subsequente decisão será em conferencia secreta, lançando-se as deliberações n'uma só acta, em que se declarem todas as alterações feitas na repartição recorrida.

Art. 24.º Quando os diversos individuos da mesma ordem de terra, que exercerem a mesma industria, profissão, arte ou officio, forem menos de sete, se não reunirem ou recusarem associar-se, ou tendo-se associado não fizerem a repartição nos termos do artigo 22.º e seus §§, procederá a ella a respectiva camara municipal, e quando esta não o verificar nos termos d'esta lei e nos prazos que os regulamentos marcaram, será feita pela junta dos repartidores.

§ 1.º Da distribuição feita pela camara municipal ou pela junta dos repartidores poderão os contribuintes reclamar perante a mesma camara ou junta.

§ 2.º Rectificada a distribuição pela camara ou junta, em consequência das reclamações attendidas, ficará definitivamente feita a repartição.

Art. 25.º Feita a repartição pelos gremios, pelas camaras municipales ou pelas juntas dos repartidores, e passada em julgado ou reformada pela camara nos termos d'esta lei, julgar-se-há definitivamente concluida para por ella se proceder á cobrança.

Art. 26.º Das matrizes concluidas nos termos do § 1.º do artigo 18.º e das repartições concluidas nos termos dos artigos 20.º, 21.º e 22.º, haverá ainda recurso para o conselho d'estado, sómente nos casos de preterição de formalidades e dos termos essenciaes do processo ou offensa de lei expressa, e também extraordinariamente para o governo nos casos do artigo 10.º da lei sobre a contribuição predial.

§ unico. Quando porém haja provimento d'estes recursos, as respectivas certidões servirão sómente aos proprios contribuintes, ou a outros do mesmo concelho a quem elles se endossarem, para serem attendidos no pagamento de quantia igual áquella em que houverem sido lesados pelo erro da matriz ou da repartição.

Art. 27.º Qualquer industria, profissão, arte ou officio omisso nas tabelas A e B, que evidentemente seja semelhante a algum dos que ali vão mencionados, será collectado segundo essa industria, profissão, arte ou officio.

A respeito porém das industrias, profissões, artes ou officios que não possam desde logo obviamente assimilar-se, ou os que os progressos sociaes forem creando, o governo, procedendo ás necessarias informações, os incluírá em tabelas addicionaes, que fará pôr em execução.

§ unico. De quatro em quatro annos o governo apresentará ás cortes a tabella geral de todas as profissões, industrias, artes ou officios que tenham sido classificados por assimilação ou com taxas novas, para obter a sancção legislativa.

Art. 28.º É o governo autorisado a fazer os regulamentos necessarios para desenvolvimento e execução das disposições confidas na presente lei, a estabelecer as multas convenientes para tornar efectiva essa execução, e bem assim a fazer as despe-

zas que exigir a formação e aperfeiçoamento das matrizes.

Art. 29.º Fica revogada em geral toda a legislação em contrario, e em especial a relativa aos impostos extintos pela presente lei.

Secretaria d'estado dos negocios da fazenda, em 15 de fevereiro de 1860. — José Maria do Casal Ribeiro.

Tabella A, que comprehende as profissões, industrias, artes ou officios que não podem formar gremio

Administradores de bens rústicos ou urbanos, e de quaesquer rendas pertencentes a particulares, 10 % sobre a retribuição que recebem, ou pela que ordinariamente costumam receber..... 10 %

Alcatrão, breu ou outras materias resinosas (fabricante de)..... 65000

tendo até seis operarios..... 6000

e cada operario a mais..... 600

Alhinetes (fabricante de)..... 45800

tendo até seis operarios..... 45800

e cada operario a mais..... 600

Arroz (estabelecimento de decascar arroz)..... 50000

cada par de mós..... 50000

Assucar (fabrica de refinação de)..... 603000

com moinho a vapor ou aqua..... 205000

com agentes braçes, tendo até quatro operarios..... 25000

e cada operario a mais..... 25000

Azeite de oliveira (fabricante de)..... 15000

cada vara ou prensa ordinaria..... 105000

azuleiro (fabricante de)..... 65000

azuleiro (fabricante de) sem machinismo de vapor ou aqua..... 50000

tendo tres operarios..... 25000

e cada operario a mais..... 25000

Cal e gesso (fabricante de)..... 105000

cada forno nas terras de 1.ª e 2.ª ordem..... 50000

cada forno em todas as outras..... 50000

Carros (alugadores de carros e bois ou cavalgaduras)..... 15000

nas terras de 1.ª ordem, cada carro..... 800

nas terras de 2.ª ordem, cada carro..... 400

nas terras de 3.ª, 4.ª e 5.ª ordem, cada carro..... 400

Cartonagens (fabricante de)..... 45800

cada cubo..... 45800

Cavalos (alugadores de cada cavallar ou mulo)..... 25000

cada cavalladura nas terras de 1.ª ordem..... 15000

cada cavalladura nas terras de 2.ª ordem..... 15000

cada cavalladura em todas as outras..... 15000

Cardação (fabrica sómente destinada á)..... 25000

cada carda..... 25000

Cebos (fabricante de vellas de)..... 65000

tendo até seis operarios..... 15000

e cada operario a mais..... 15000

Companhia de trabalhos braçes com caracter official, 10 % sobre os lucros que distribuir no ultimo anno anterior ao do lançamento..... 10 %

Companhia anonyma de qualquer especie, 10 % sobre os dividendos que distribuir aos accionistas no anno anterior ao do lançamento..... 10 %

Quando os estabelecimentos se tornarem exclusivamente fabris pagarão sómente 5 %..... 10 %

Cortumes (fabricante de)..... 65000

por 20 metros cubicos, ou menos, dos tanques, tinas ou cubas..... 300

e cada metro cubico a mais..... 300

Gera e mel (criador de)..... 50

Empregados de companhias anonymas de qualquer especie, que distribuir dividendos por acções, 10 % dos seus respectivos ordenados..... 10 %

Empregados publicos que recebem emolumentos, tenham ou não vencimentos pelo thesouro, 10 % sobre a importância d'esses emolumentos, segundo a lotação d'elles, ou sobre o liquido distribuido pelo offcio de rendas e corporações onde o haja..... 10 %

Estamparias de tecidos (fabrica de)..... 85000

tendo 25 mezas, ou menos, de estampar á mão com molde..... 500

e cada meza a mais..... 500

com machinismo a vapor ou aqua, cada cylindro de estampa..... 505000

Farinhas (fabrica de) com machinismo a vapor ou aqua, para moer, peneirar e classificar as farinhas, cada par de mós..... 125000

Fiagem de algodão, lã ou linho (fabrica de)..... 300

cada 10 fusos movidos por aqua, vapor, ou cavalgaduras, quer sejam para trama, urdimem ou linha..... 100

Loaça de porcelana (fabrica de)..... 105000

cada forno, seja qual for seu destino..... 50000

Loaça ordinaria de pó de pedra ou commun (fabrica de)..... 50000

cada forno, seja qual for seu destino..... 50000

Loaça de terra colorida (fabrica de)..... 35000

cada forno nas terras de 1.ª e 2.ª ordem..... 25000

cada forno em todas as outras..... 25000

Mestres de postas, ou outros individuos que forneçam cavalgaduras para serviço de correios, malas postas, diligencias, ou empregos analogos..... 25000

Modistas, azuleiros, ou atafones, onde só se moe o grão..... 105000

cada par de mós nas terras de 1.ª ordem..... 65000

cada par de mós nas terras de 2.ª ordem..... 35000

cada

gusto Cesar de Vasconcellos, e D. Jeronymo Orduna todo o zelo, esforços, franqueza e generosidade de que usaram para se obter este vantajoso estabelecimento.

«Porque somos dotados de amor patrio, folgaremos sempre com o progresso da nossa terra, e sentiremos do coração tudo quanto possa ser em seu desabono.»

Villa Viposa—A feira d'esta villa, segundo diz a *Voz do Alentejo*, só abundou em gado suino: os vendedores ao principio estavam desanimados; todavia o gado teve mais saída do que se esperava, realisando-se as vendas por diferentes preços, não excedendo porém a 2:000 réis por cada uma arroba.

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos jornaes de Madrid até 14 do corrente, e de Paris até 11.

O governo espanhol recebeu do theatro da guerra o seguinte despacho telegraphico:

Algeiras, 14 de fevereiro—O commandante em chefe do exercito de Africa ao ministro da guerra.—Acampamento de Tetuão, 13 de fevereiro, ás 11 horas da manhã.—Não occorre novidade. Dei as ordens necessarias para que uma brigada vá reconhecer o territorio da margem direita do rio Marten, pelas immedições da costa, até ás montanhas do Rif.

Alem d'este os jornaes hespanhoes publicam os seguintes

DESPACHOS TELEGRAPHICOS

—Despachos dados pelo jornal *El Horizonte*: Copenhague, 10 de fevereiro—Em consequencia de ter fallecido o presidente do conselho de ministros, o gabinete pediu a sua demissão, que foi aceita pelo rei.

Marsella, 10—Em Constantinopla continua o descontentamento, e as queixas multiplicam-se.

O papel moeda vai ser retirado da circulação. O representante da Hollanda foi insultado por um eunuco, e em consequencia d'essa aggressão pediu uma satisfação ao ministro dos negocios estrangeiros.

Affirma-se que os principes Danilo e Coutza promovem algumas intrigas, para se livrarem da suzerania que, dizem, a Porta quer exercer sobre os principados, acrescentando-se que este ultimo vai recordar ás potencias a promessa que lhe fizeram de garantir a integridade do seu territorio.

As cartas de Naples dizem que o conde de Sarnum definitivamente se retirará do ministerio, e que o principe Pesaro será nomeado presidente do conselho de ministros.

Copenhague, 11—O rei convidou os dois presidentes da dieta do reino para constituirem um novo ministerio.

—Blixen é o presidente interino.

FRANÇA

O Nord de Bruxellas publica uma extensa nota dirigida por mr. de Thouvenel, ministro dos negocios estrangeiros de França, ao conde de Persigny, embaixador em Londres.

Este documento, datado de 30 de Janeiro ultimo, contém a resposta dada pelo governo do imperador aos quatro pontos que constituem as propostas inglezas relativamente aos assumptos da Italia. Lord John Russell deu, na camara dos communs, conhecimento d'essas propostas, bem como do acolhimento que ellas tiveram em Paris. O governo francez adheriu effectivamente aos tres primeiros pontos, e as suas reservas só dizem respeito ao quarto, relativo á Italia central.

Affirma-se que o conde Aréze, que foi encarregado pelo seu governo de uma missão a Paris e a Londres, vai partir da primeira d'estas capitales para a Inglaterra.

AUSTRIA

As correspondencias de Vienna dão noticia de alguns factos que estão em plena contradição uns com os outros. Parece confirmar-se o boato de que, em vista da situação cada vez mais assustadora da provincia veneziana, o imperador, em seguida a um conselho de ministros, deu ordem para que se suspendam immediatamente as determinações tomadas, relativas á redução do exercito austriaco nos estados venezianos.

Essa medida de prudencia, que as circumstancias tornam indispensavel, seria muito natural; porém affirma-se, por outra parte, que o ministro do reino autorizou a livre exportação dos cavallos do territorio austriaco para qualquer outro paiz, exceptuando dessa concessão o Piemonte, a Toscana, Parma e Modena.

Todas as disposições que se tomam têm por fim evitar que nas fortalezas do quadrilatero se faça alguma tentativa de surpresa ou de insurreição.

O general Benedek, segundo se affirma, substituirá o barão de Hesse, na qualidade de major general do exercito austriaco. Como o general é da Hungria, crê-se geralmente que a sua nomeação será bem acolhida pelos seus compatriotas.

Parece que não têm fundamento algum os boatos relativos a uma mudança radical no sistema politico da Austria. O imperador está disposto a adoptar certas reformas liberaes, porém sem por isso abandonar os principios que constituem a tradição do seu governo.

Os presidentes da deputação hungara, barões de Day e de Pronay, foram recebidos pelo imperador, com quem tiveram uma larga conferencia. Em Pesth teve lugar uma reunião, a fim de tomar conhecimento do resultado da conferencia entre o imperador e os dois membros da deputação, devendo depois adoptar-se uma resolução sobre esse assumpto. O governo austriaco parece estar disposto a conciliar todas as difficuldades, sem todavia desistir dos seus direitos, nem ceder um passo nos seus principios religiosos.

PRUSSIA

Em uma das ultimas sessões da camara dos representantes, um deputado liberal exigiu que o governo desse conta á camara do resultado das petições entregues ao ministerio. O conde de Scherwin, ministro do reino, oppoz-se a esse pedido, que elle considerava como uma usurpação do parlamento sobre as prerogativas do poder executivo.

Esse incidente tem provocado na imprensa uma discussão das mais violentas. Os órgãos do liberalismo avançado censuram o ministro do reino, por este combater um pedido que elle apoiava antes de entrar para o ministerio, e convidam os deputados liberaes para que façam opposição a um ministerio que renegou dos seus principios politicos.

(La Patrie.)

INGLATERRA

No parlamento inglez continuam as interpellações. Lord Normandy, em sessão de 9 do corrente, declarou na camara dos lords que fará uma moção para pedir ao governo a apresentação da correspondencia relativa á recepção official do commendaador Boucompagny.

Na camara dos communs sir Fitzgerald perguntou se se fizera alguma convenção entre a França e a Inglaterra, relativamente ás operações militares da China. Lord John Russell respondeu que não se fizera convenção alguma acerca d'essa questão.

Finalmente, em resposta a uma interpellação de lord Lennox, lord Palmerston declarou que, mes-

mo quando lord Gladstone não podesse, pelo seu mau estado de saúde, apresentar n'esse dia o orçamento, o governo faria presente á camara, em todo o caso, o tratado de commercio concluido com a França.

NOTICIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

INSTRUMENTOS DE LUMINOSIDADE

NA ESCOLA POLYTECHNICA				
BAROMETRO (PRESSÃO)	TERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)	
Millimetros	Grãos C.	Por 100	Euros	
9 m.	752,26	8,3	50,9	N.
3 t.	752,55	9,9	43,1	ENE.

DIA 16.

Maxima—temperatura	9,2 C.
Mínima	1,9
Ozone (de dia)	8,5
Chuva (udometro)	0,0 Mil.
Evaporação (vapormetro)	6,2
Altura barometrica correcta.	
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura á sombra.	

NOTICIAS COMMERCIAES

PREÇO MEDIO DOS GENEROS NOS MERCADOS REGULADORES

DISTRICTO DO PORTO

PORTO

Semana finda em 7 de janeiro

Trigo serodio, alqueire	5730
da terra, dito	5880
barbella, dito	5930
Milho grosso, dito	5450
miúdo, dito	5490
Centeio, dito	5530
Cevada, dito	5450
Feijão amarello, dito	5650
branco, dito	5650
fradinho, dito	5450
raido, dito	5450
vermelho, dito	5650
Fava, dito	5380
Batata, arroba	2260
Azeite, almude	5380
Vinho, dito	4320

Semana finda em 14 de janeiro

Trigo serodio, alqueire	5730
da terra, dito	5880
barbella, dito	5930
Milho grosso, dito	5440
miúdo, dito	5490
Centeio, dito	5530
Cevada, dito	5450
Feijão amarello, dito	5650
branco, dito	5650
fradinho, dito	5450
raido, dito	5450
vermelho, dito	5650
Fava, dito	5380
Batata, arroba	2260
Azeite, almude	5380
Vinho, dito	4320

Semana finda em 21 de janeiro

Trigo serodio, alqueire	5730
da terra, dito	5880
barbella, dito	5930
Milho grosso, dito	5440
miúdo, dito	5490
Centeio, dito	5530
Cevada, dito	5450
Feijão amarello, dito	5650
branco, dito	5650
fradinho, dito	5450
raido, dito	5450
vermelho, dito	5650
Fava, dito	5380
Batata, arroba	2260
Azeite, almude	5380
Vinho, dito	4320

Semana finda em 28 de janeiro

Trigo serodio, alqueire	5730
da terra, dito	5880
barbella, dito	5930
Milho grosso, dito	5440
miúdo, dito	5490
Centeio, dito	5530
Cevada, dito	5450
Feijão amarello, dito	5650
branco, dito	5650
fradinho, dito	5450
raido, dito	5450
vermelho, dito	5650
Fava, dito	5380
Batata, arroba	2260
Azeite, almude	5380
Vinho, dito	4320

SANTO THYRSO

Semana finda em 7 de janeiro

Trigo da terra, alqueire	5840
Milho grosso, dito	5430
Centeio, dito	5530
Feijão amarello, dito	5650
branco, dito	5650
fradinho, dito	5450
raido, dito	5450
vermelho, dito	5650
Fava, dito	5380
Batata, arroba	2260
Azeite, almude	5380
Vinho verde, dito	13700

Semana finda em 14 de janeiro

Trigo da terra, alqueire	5850
Milho grosso, dito	5420
Centeio, dito	5540
Feijão amarello, dito	5640
branco, dito	5650
fradinho, dito	5440
raido, dito	5440
vermelho, dito	5640
Fava, dito	5390
Batata, arroba	2260
Azeite, almude	5380
Vinho verde, dito	13700

Semana finda em 21 de janeiro

Trigo da terra, alqueire	5860
Milho grosso, dito	5440
Centeio, dito	5550
Feijão amarello, dito	5660
branco, dito	5660
fradinho, dito	5460
raido, dito	5460
vermelho, dito	5660
Fava, dito	5390
Batata, arroba	2260
Azeite, almude	5380
Vinho verde, dito	13800

Semana finda em 28 de janeiro

Trigo da terra, alqueire	5880
Milho grosso, dito	5440
Centeio, dito	5540
Feijão amarello, dito	5660
branco, dito	5660
fradinho, dito	5460
raido, dito	5460
vermelho, dito	5660
Fava, dito	5390
Batata, arroba	2260
Azeite, almude	5380
Vinho verde, dito	13800

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 17 de Fevereiro de 1860

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Novo Elizio, barca portugueza, capitão J. C. S. Guerreiro, de Londres em 30 dias, e de Yarmouth em 18, com cervaça, drogas e mais generos a B. M. O. Borges & Sobrinhos; 17 pessoas de tripulação e 1 passageiro, que é Augusto Justino Moniz, estudante brasileiro. Entrou e deu fundo hontem ás 9 horas da noite.	
---	--

March Hare, escuna ingleza, capitão J. Marfield, de Swansea em 5 dias, com carvão em forma, a ordens; 7 pessoas de tripulação. Entrou e deu fundo hontem ás 9 horas e 5 minutos da noite.

Lusitania, paquete portuguez a vapor, capitão J. X. Contente, do Porto em 15 horas, com fazendas a G. A. Hancock & Comp.; 31 pessoas de tripulação, 1 mala e 63 passageiros.

Rhone, paquete hollandesa a vapor, capitão W. Welkens, de Rotterdam em 26 dias, e de Falmouth em 5, com varios generos a G. Seydel; 26 pessoas de tripulação.

Mirta, escuna franceza, capitão P. Vallée, de Nantes em 7 dias, com trigo a M. Walsh & Comp.; 7 pessoas de tripulação.

Barcellos, hiate portuguez, mestre A. J. de Gouveia, da Figueira em 24 horas, com madeira e mais generos; 7 pessoas de tripulação e 1 passageiro, que é Antonio José de Oliveira, marítimo portuguez.

Cynosure, escuna ingleza, capitão W. Morrish, de Liverpool em 7 dias, com carvão a G. A. Hancock & Comp.; 8 pessoas de tripulação.

Persia, barca ingleza, capitão W. Chatwin, de Swansea em 9 dias, com carvão a ordens; 19 pessoas de tripulação.

Nova Sociedade, rasca, mestre L. Henriques, da Figueira em 24 horas, com madeira e mais generos; 8 pessoas de tripulação e 3 passageiros, que são: José Gonçalves Noza, Antonio Jorge Carlos, Francisco Rodrigues, marítimos portuguezes.

Phoenix, escuna ingleza, capitão J. Irvine, da Terra Nova em 26 dias, com bacalhau a ordens; 7 pessoas de tripulação.

Santa Maria, rasca, mestre I. dos Santos, da Figueira em 2 dias, com madeira e mais generos; 8 pessoas de tripulação.

Emma Elise, barca prussiana, capitão J. Richeles, de New Castle em 20 dias, com carvão a companhia do gaz; 12 pessoas de tripulação.

Emulation, brigue noruegues, capitão O. S. Gregersen, de New Castle em 11 dias, com carvão, a ordens; 9 pessoas de tripulação.

Sleipner, escuna dinamarqueza, capitão G. B. Christensen, de Cardiff em 7 dias, com carvão a G. A. Hancock & C.; 8 pessoas de tripulação.

Flora, brigue prussiano, capitão J. Wilson, de New Port em 7 dias, com carvão a G. A. Hancock & C.; 9 pessoas de tripulação.

Thetis, galeota hollandesa, capitão W. Bagus, de Vlaardingen em 14 dias, com trigo, farinha e mais generos a O. Herold & C.; 7 pessoas de tripulação.

Charles Dupin, galera franceza, capitão G. la Perrier, de Callau em 107 dias, com guano e mais generos ao seu consul; 24 pessoas de tripulação, e 4 passageiros, que são: U. Guibert, com 2 pessoas de familia, H. Jules, negociantes francezes. Destinam-se para o Havre de Grace, e vem arribado com agua aberta da lat. 40° 11' N., e long. 11° 30' a O. de Paris, em 6 dias.

Chapman, escuna franceza, capitão L. Labour, de Nantes em 6 dias, com trigo, a ordens; 7 pessoas de tripulação.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Galine, escuna hamburgueza, capitão H. Pieper, para Hamburgo, com couros e mais generos; 7 pessoas de tripulação.

Tagus, paquete inglez a vapor, capitão W. B. Hall, para a barra do Porto, Vigo e Southampton, com fazendas, fructa e dinheiro; 58 pessoas de tripulação, e 36 passageiros.

S. Jorge, hiate portuguez, mestre J. P. Valladares, para Caminha com fazendas e sal; 8 pessoas de tripulação, e 5 passageiros, que são: José Antonio Pires Trino, artista; José Maria Marques de Sousa, caixeiro; Francisco Joaquim, marítimo; José Joaquim da Cruz, Antonio José Trova, trabalhadores portuguezes.

Attila, barca portugueza, capitão F. A. da Silva, para o Rio de Janeiro com sal, vinho e encomendas; 16 pessoas de tripulação, e 5 passageiros, que são: Apolinario Fernando Mendes, João Maria de Freitas, João Maria Fernandes, João Nunes Bonças, caixeiros, portuguezes; Francisco Vidal, fabricante, hespanhol.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 17 de fevereiro de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão-tenente, commandante.

BARRA DO DOURO

(Boletim do telegrapho da foz de 17 de fevereiro de 1860)

No dia 16 não entrou nem saiu embarcação alguma.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Lusitania, vapor portuguez, para Lisboa.

Flor de Aveiro, rasca, para Aveiro.

Olho Vivo, bateira, para Aveiro.

Catharina, galeota hollandesa, para Amsterdam.

O mar está bom.—O vento esteve E. NE. regulares, agora E. brando.

BARRA DE VIANNA DO CASTELLO

No dia 16 não entrou nem saiu embarcação alguma.

Fundou fora da barra um caixamarim hespanhol arribado, que navegava para o norte.

Em Espozende, nos dias 12 a 14, não entrou nem saiu embarcação alguma.—O mar bom.

BARRA DE VILLA DO CONDE

No dia 15 não entrou nem saiu embarcação alguma.—Mar bom.—Vento N.

BARRA DE CAMINHA

No dia 16 não entrou nem saiu embarcação alguma.—Mar bom.—Vento N.

BARRA DE AVEIRO

No dia 16 não entrou nem saiu embarcação alguma.—Bom tempo.

BARRA DA ERICEIRA

No dia 16 não entrou nem saiu embarcação alguma.—Mar bom.—Vento NO.

BARRA DA FIGUEIRA

No dia 16 não entrou embarcação alguma.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Antunes 1.º, hiate portuguez, para o Porto, com pedra.

Creavero 2.º, hiate portuguez, para o Porto, com pedra.

Barcellos, hiate portuguez, para Lisboa, com varios generos.

Santa Maria, rasca, para Lisboa, com varios generos.

Nova Sociedade, rasca, para Lisboa, com varios generos.

Bom Fim, cahique portuguez, para Peniche.

Senhora do Carmo, cahique portuguez, para Coimbra.

Fôra da barra não se avista embarcação alguma.—Mar bom.—Vento NE.

Para o N. sonda da barra 20 palmos.

BARRA DE VILLA REAL DE SANTO ANTONIO

No dia 16 não entrou nem saiu embarcação alguma.—Fica á vista um hiate que demanda a barra.—O mar bom.—Vento variavel.

BARRA DE TAVIRA

EMBARCAÇÃO ENTRADA EM 16

Bom Jesus do Fão, hiate portuguez, de Villa Real de Santo Antonio em 1 dia, com milho.

Não saiu embarcação alguma.

Vento NE. regular.

BARRA DE VILLA NOVA DE PORTIMÃO

EMBARCAÇÃO ENTRADA EM 15

Trindade, falucho hespanhol, da ilha Christina em 1 dia, em lastro.

Não saiu embarcação alguma.

Fôra da barra anda sobre vela para entrar um brigue inglez.—O mar bom.—Vento NNE. fresco.

No dia 16 não entrou nem saiu embarcação alguma.

Fôra da barra está fundeado um brigue inglez, o qual não tem podido entrar por causa do vento.

—O mar está bom.

BARRA DE SETUBAL

EMBARCAÇÕES ENTRADAS EM 16

João 1.º, patacho portuguez, do Porto, em lastro.

Cassandra, chalupa ingleza, de Lisboa, em lastro.

Joven Margarida, bateira, de Lisboa, com varios generos.

N